

**- LXIX-****PERSPECTIVA GERENCIAL E QUALIDADE SOCIAL DA  
EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE AS PESQUISAS  
“APROVA BRASIL-O DIREITO DE APRENDER” E  
“REDES DE APRENDIZAGEM”****Robson Antônio dos Reis Veiga**, FACED/UFU - [robson\\_veiga2000@yahoo.com.br](mailto:robson_veiga2000@yahoo.com.br)**Marcos Antonio Lima Pereira**, FACED/ UFU - [marantlima@gmail.com](mailto:marantlima@gmail.com)

Este texto foi formulado a partir de um recorte da dissertação de mestrado intitulada “Qualidade da Educação e Políticas Educacionais no período de 2003 a 2010: uma análise nos governos de Lula da Silva”, concluída em 2016. Os objetivos propostos são analisar as pesquisas “Aprova Brasil, o Direito de Aprender – boas práticas em escolas públicas avaliadas pela Prova Brasil” e “Redes de aprendizagem – boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender” e identificar elementos da perspectiva gerencial e da qualidade social da educação nelas presentes. E, ainda, desenvolvemos esse estudo na perspectiva do materialismo histórico dialético, apoiado em autores identificados com esse paradigma, e utilizamos documentos oficiais e legislação.

A pesquisa “Aprova Brasil” foi desenvolvida em 2006 nas escolas que obtiveram os melhores resultados na Prova Brasil, a partir de parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). No documento, a melhoria da qualidade é a base para o direito de aprender (BRASIL, 2006). Os resultados da pesquisa foram agrupados em cinco dimensões: 1) as práticas pedagógicas; 2) o professor; 3) a gestão democrática e a participação da comunidade escolar; 4) os alunos; 5) as parcerias externas.

A pesquisa “Redes de aprendizagem” foi desenvolvida em 2007 e teve parceria do MEC com o UNICEF e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Para essa pesquisa, as redes foram selecionadas com base na Prova Brasil e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (BRASIL, 2008).

As duas pesquisas apresentaram elementos em comum, na medida em que utilizaram índices para estabelecer se a escola é de boa qualidade ou não, realizaram parcerias com os organismos internacionais e apresentaram-se alinhadas ao planejamento estratégico no contexto da formulação das políticas que viriam a ser implementadas no segundo mandato do governo Lula (2007-2010).

Em síntese, os resultados sinalizam que em ambas as pesquisas foi possível identificar elementos próprios da perspectiva da qualidade social, indicados a partir de aspectos intraescolares e extraescolares como: acesso, permanência, estrutura física, condições de trabalho e a relação com os pais e a comunidade do entorno da escola (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007).

Além disso, identificamos elementos alinhados com a qualidade gerencial, tais como: 1) planejamento estratégico; 2) parceria com os organismos internacionais; 3) medição da qualidade a partir de um índice quantitativo; 4) ranqueamento; 5) a questão da participação dos órgãos centrais não ficou evidenciada, conforme Freitas (2007).

Por fim, a coexistência de elementos da perspectiva da qualidade gerencial e da perspectiva da qualidade social presentes nas pesquisas evidenciam, dentre outras, que as ações educacionais do segundo governo de Lula foram fortemente marcadas pela influência dos organismos internacionais, mas também por um viés social. Entretanto, para os pensadores críticos identificados com a perspectiva da qualidade social, ainda há um longo caminho a ser traçado e há uma grande necessidade de discussão dessa temática, sobretudo no cenário político atual.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação/ Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNICEF). **Aprova Brasil: o direito de aprender – boas práticas em escolas públicas avaliadas pela Prova Brasil.** 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004766.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Redes de aprendizagem: boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender.** 2008. Disponível em: [http://www.unicef.org/brazil/pt/Redes\\_de\\_aprendizagem.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/Redes_de_aprendizagem.pdf). Acesso em: 26 nov. 2015.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F e SANTOS, C. A. **Qualidade da educação: conceitos e definições.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Brasília, v. 2, n. 24, p.5-23, 2007. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/521>. Acesso em: 18 fev. 2015.

FREITAS, L. C. **Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 965-987, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

VEIGA, Robson Antônio dos Reis. **Qualidade da Educação e políticas educacionais no período de 2003 a 2010: uma análise nos governos de Lula da Silva.** 2016. 112 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2016. Disponível em <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18294>>. Acesso em 06 set. 2017.